

**ANA ZENaida GOMES**

**Evolução histórica do Concelho de Santa Catarina  
(1834 – 1912)**

**Licenciatura em História**

**Praia, ISE, Outubro de 2005**

**ANA ZENAIDA GOMES**

**Evolução Histórica do Concelho de Santa Catarina  
(1834 -1912)**

**Trabalho Científico apresentado ao ISE para a obtenção de grau de  
Licenciatura em ensino de História sob a orientação de Dr.<sup>a</sup> Iva Maria Cabral**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO****DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**

**Trabalho Científico apresentado ao ISE, para a obtenção do grau de licenciatura em Ensino de História.**

Elaborado por **Ana Zenaida Gomes**, aprovado pelos membros do Júri, foi homologado pelo Conselho Científico – Pedagógico, com o requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História.

**O Júri:**

---

---

---

**Praia, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.**

## **AGRADECIMENTOS**

Começo por agradecer a Dr. Iva Maria Cabral, pela orientação, boa vontade, amizade e disponibilidade demonstrada, que tornaram possível a realização do trabalho.

Também quero agradecer a todos os meus professores que, de uma forma ou de outra, contribuíram na execução do mesmo.

Como não podia deixar de ser endereço, também, os meus agradecimentos aos meus colegas pelo encorajamento, apoio e amizade nos bons e menos bons momentos vividos juntos, ao longo desses anos que eu espero que perdurem no tempo.

Um agradecimento especial aos meus pais, por tudo que fizeram por mim, sobretudo nestes últimos anos.

A todos muito obrigada.

## ÍNDICE GERAL

Introdução-----	7
Capítulo I	
1. Enquadramento Histórico de Santiago -----	9
2. O interior de Santiago e suas freguesias -----	13
Capítulo II	
1.A criação do Concelho de Santa Catarina -----	16
1.1 Perfil geográfico / demográfico -----	18
1.2 Aspecto económico / social	
1.2.1 Aspecto económico-----	21
1.2.2 Aspecto social -----	24
1.1.3 Aspecto Administrativo -----	31
Capítulo III	
1. As sucessivas transferências da sede do Concelho: picos, Achada Falcão, Tarrafal-----	37
1.1 A transferência para a vila de Assomada -----	42
Conclusão -----	44
Bibliografia -----	47
Anexos -----	52

## INDICE DE TABELAS

Tabela I – Relações das freguesias existentes pelo interior de Santiago com o respectivo números de fogos-----	13
Tabela II – As freguesias existentes na ilha de Santiago no início do século XVII com a respectiva percentagem -----	14
Tabela III- População residente no concelho de Santa Catarina (Dezembro de 2004) -----	21
Tabela IV – Movimento da população do Concelho de Santa Catarina por freguesias (1863 / 64) - -----	28
Tabela V – Relação dos juízes eleitos para o Julgado de Santa Catarina abarcando as respectivas freguesias em 1866-----	34
Tabela VI – Relação dos juízes eleitos para o Julgado de Santa Catarina abarcando as respectivas freguesias em 1884 -----	35

## INTRODUÇÃO

A ilha de Santiago foi a primeira a ser descoberta pelos navegadores portugueses no ano de 1460. A sua posição geo-estratégica fez dela a primeira a ser povoada. Possuía várias ribeiras, com águas abundantes, tornando a mais favorável a ocupação humana. Foi na cidade da Ribeira Grande onde foi instalado o seu primeiro núcleo populacional, que teve grande importância nos primeiros anos do seu povoamento como entreposto de escravos no comércio triangular e fez a ilha atingir grande prosperidade. Esse desenvolvimento comercial foi motivo de cobiça por parte dos piratas estrangeiros que acabaram muitas vezes por assaltar a cidade da Ribeira Grande.

Com a ruína da Ribeira Grande e sua consequente extinção como Concelho foi criado o Concelho de Santa Catarina com sede na incipiente povoação dos Picos. Assim entre as duas mais altas cadeias montanhosas da ilha de Santiago (Pico de António e Serra da Malagueta) situa-se o segundo maior Concelho da ilha, tanto a nível da superfície como a nível populacional depois do Concelho da Praia.

É, hoje, um dos nove concelhos da ilha de Santiago. É essencialmente rural, com uma população dispersa e jovem. Dessa forma a agricultura é a sua principal actividade económica, seguindo-lhe a pesca e silvicultura, a construção, o comércio, etc.

O presente trabalho teve como objectivo principal estudar e pesquisar a criação do Concelho de Santa Catarina (em 1834) e sua história até a fixação definitiva de sua sede na vila de Assomada (em 1912). Ele destina-se a obtenção do grau de Licenciatura em ensino de História, conforme as exigências do departamento de História e Filosofia do Instituto Superior de Educação (ISE).

A primeira razão da escolha deste tema é de ordem sentimental, já que a autora é filha de Santa Catarina. Assim pretende-se com este trabalho dar um contributo para o conhecimento da História da ilha de Santiago, em geral e do Concelho de Santa Catarina, em

particular. O estudo desse Concelho tem uma importância primordial para o conhecimento da História de Cabo Verde, visto que ocupa 25% da superfície da ilha, e tem 12% de toda a população do arquipélago.

O trabalho tem como objectivos: o enquadramento da ilha de Santiago na altura da criação do Concelho de Santa Catarina; estudar as razões que levaram a criação do Concelho e as várias transferências da sua sede.

O trabalho está estruturado em três capítulos:

- No primeiro capítulo faz-se o enquadramento histórico da ilha de Santiago e das freguesias existentes no seu interior.
- No segundo é abordada a criação do Concelho de Santa Catarina, o seu perfil geográfico e demográfico, os aspectos económicos / sociais e administrativos.
- No terceiro capítulo são tratadas as diferentes transferências da sede do Concelho.

Para a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa da documentação bibliográfica com o seguinte procedimento: recolha de dados bibliográficos, análise dos dados recolhidos, selecção dos dados analisados, compilação dos mesmos dados e a redacção final do trabalho.

Por último faz-se uma conclusão e são mostradas os anexos que apresentam documentos considerados relevantes para ajudar na compreensão do trabalho.



## **CAPITULO I**

### **1 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DE SANTIAGO**

A ilha de Santiago foi descoberta no dia 1 de Maio de 1460 por António de Noli, célebre navegador genovês ao serviço de Portugal. Foi quando ele ocupava o cargo de capitão donatário que se deu a fundação da vila da Ribeira Grande. Este navegador ficou ligado também à toponímia da ilha: por exemplo a ponta leste do porto da Ribeira Grande era conhecida por ponta do “Genovês” e a oeste da ilha, encontra-se a Ribeira de António e o Pico de ”António”.

Santiago foi a primeira ilha a ser descoberta pelos navegadores portugueses, a que pareceu aos reinóis, mais favorável à ocupação humana; a maior do arquipélago.<sup>1</sup>

O seu povoamento iniciou-se em 1462, mas só com os privilégios especiais, concedidos pelo rei, alguns anos depois (1466) se tornou efectivo.

Com a limitação de privilégios (carta de 1472) que proibia aos moradores de Santiago comercializarem com mercadorias não originárias da ilha, os vizinhos foram obrigados a povoar a ilha com escravos e organizar, “uma estrutura produtiva que fornecesse às suas

---

<sup>1</sup> A ilha de Santiago tem uma superfície de 991 km<sup>2</sup>, 54.900 metros de comprimento máximo, 28.800 metros de largura, e com uma altitude máxima de 1.392 metros.

armações para Guiné meios de troca necessários”<sup>2</sup>, tornando-a assim na ilha mais povoada do arquipélago. Salienta-se ainda que o primeiro núcleo de povoamento do arquipélago foi instalado no sul da ilha de Santiago mais concretamente no vale da Ribeira Grande, hoje Cidade Velha. Por isso o estudo da história da ilha de Santiago é primordial para o conhecimento da história de Cabo Verde.

Não se pode esquecer dos sucessos vários que teve Santiago, da grande prosperidade, da importância que teve como ponto comercial nos primeiros anos do seu povoamento. A ilha foi, no decorrer desses anos, um entreposto de escravos e de outras mercadorias africanas, transformando-se num dos vértices do triângulo em que se processava o tráfico escravagista que permitiu uma acumulação rápida de riqueza. A vila da Ribeira Grande cedo se tornou cidade (1533), sede do Bispado e foi um ponto importante de passagem de navios de várias nações que vinham ali abastecer-se de mercadorias africanas importadas por armadores/moradores de Santiago.

Na época da escravatura “o arquipélago transformou se num dos vértices do triângulo em que se processava o tráfico escravagista – Guiné, Cabo Verde, Américas”<sup>3</sup>, pois os negreiros tinham necessidade de aportar em Santiago, não só para adquirirem os conhecidos panos de terra que utilizavam como moeda de troca na aquisição de escravos, como também por ser neste entreposto que os escravos eram baptizados antes de serem reexportados para outros destinos.

É de dizer que apesar de apresentar um clima insalubre, a Ribeira Grande, mesmo assim foi até os finais do século XVIII a capital eclesiástica, civil e militar do arquipélago.

A primeira capital de Cabo Verde, a partir do século XVI, foi um porto cobiçado por piratas e inimigos de Portugal (França, Inglaterra e Holanda), que várias vezes a atacaram.

Com o tempo a ilha de Santiago perdeu a sua força económica e consequentemente o seu papel de entreposto de escravos e de outras mercadorias importadas da costa da Guiné. Ilídio do Amaral, na sua obra “Santiago de Cabo Verde”, descreve o seguinte: “a economia do

---

<sup>2</sup> SILVA, António Leão Correia e, *História de um Sahel insular*, Spleen, edições, Cidade da Praia, ilha de Santiago, Cabo Verde p. 30.

<sup>3</sup> LOPES, João, *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*, 1ª Edição, Instituto Superior de Educação, República de Cabo Verde, Praia, 2003, p. 81

arquipélago atravessava então um período de ruína total, pela abertura dos portos da Guiné a comerciantes estrangeiros e nacionais, que deixaram assim de passar por Santiago para não pagarem direitos. Junta-se a isto o pouco escrúpulo dos governadores, que tomavam o comércio da Guiné para si, e o descuido em que jazia a administração.”<sup>4</sup>

Para além dos ataques dos piratas estrangeiros, vários outros factores contribuíram para a decadência e ruína da cidade da Ribeira Grande:

- A concorrência dos mercadores estrangeiros na costa da Guiné com mercadorias diferentes das dos moradores de Santiago;
- A autorização que o rei deu aos contratadores do comércio do Cabo Verde e Guiné de irem directamente à Cacheu, buscar mercadorias. A partir daí, a ilha de Santiago foi subalternizada em favor de Cacheu, enquanto entreposto de escravos;
- Santiago deixa de ser um ponto obrigatório para a escala de navios, pois, aí já não se paga os direitos reais;
- A anexação de Portugal à Espanha (1580) fez com que os inimigos desta última atacassem a Ribeira Grande;
- O ambiente de insegurança existente por causa das escassas condições materiais e humanas para enfrentar os corsários;
- A malignidade do clima.

Resumindo, como escreve Maria Manuel Torrão: “A diminuição do número de agentes económicos envolvidos nos negócios, a desaceleração das relações externas de Santiago nos três sentidos principais – Península Ibérica, Guiné e América Espanhola – provocaram uma deslocação de capitais para outros circuitos e necessariamente uma falta de liquidez monetária e financeira no arquipélago.”<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> AMARAL, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, a Terra e os Homens*, Memórias, Junta de Investigações do Ultramar, vol. I, Lisboa, 1964, p. 179

<sup>5</sup> TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, "Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento", In, Santos Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde, vol. II*, 2ª Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995, p. 111.

Com o desvio da rota comercial a Ribeira Grande, cidade porto, entra em decadência e perde a importância que tinha e a sua elite vira-se para o campo. Normalmente são as populações do campo que vão fixar-se nas cidades, mas na nossa História é precisamente o contrário.

Na História medieval por exemplo, as cidades recém criadas são atractivas para as elites rurais, que se tornaram com o tempo burgueses. Em Cabo Verde a sociedade nasce virada para o mar (cidade porto) e com o tempo devido as razões, acima apontadas, a sua elite volta-se para o campo.

Os moradores da Ribeira Grande tinham de recorrer ao interior, pois, dali provinham as principais mercadorias para as transacções comerciais. Isso mostra-nos que, muito cedo, a colonização foi efectuada no interior da ilha, contribuindo para a ruralização da economia santiaguense.

Antes da criação do Concelho de Santa Catarina, os morgados já tinham optado por se fixarem nos seus domínios rurais, uma vez que, a cidade da Ribeira Grande, deixou de existir como centro urbano mercantil e sua sociedade deixou de ser urbana e cosmopolita, virada para o mar, aberta para o mundo, representada pelos armadores/mercadores, para se tornar uma sociedade virada para o interior e representada pelos proprietários rurais<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Segundo Ilídio Baleno, 360 fogos são, aproximadamente 2500 indivíduos “caso estimarmos para cada fogo uma média de 7 pessoas”. Mas segundo dados encontrados no quadro, nem sempre cada fogo tem sete pessoas. Há casos de 10 pessoas por fogo, como por exemplo, na freguesia de Santo Amaro no Tarrafal e São João Baptista, e até há casos de 16 pessoas por cada fogo. É o caso da freguesia de Nossa Senhora da Graça. Tomando para cada fogo uma média de 7 a 10 pessoas, consegui completar o quadro, apresentando mais uma coluna com número de pessoas por fogo. Os dados apresentados na coluna de almas de confissão com um travessão são as que eu calculei.

## 2. O INTERIOR DE SANTIAGO E SUAS FREGUESIAS

Na segunda metade do século XVI já existiam nove das actuais freguesias de Santiago e duas do Fogo. As nove freguesias eram: Santa Catarina do Mato, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora da Luz dos Alcatrazes, Santo Amaro do Tarrafal, São Miguel na Ribeira dos Flamengos, São João Baptista na Ribeira de António, São Jorge na Ribeira dos Órgãos, São Nicolau Tolentino e a freguesia de Santiago.<sup>7</sup>

**Tabela I – Relações das freguesias existentes pelo interior de Santiago, por volta de 1572, com o respectivo número de fogos e habitantes<sup>8</sup>**

<b>Freguesias</b>	<b>Número de fogos</b>	<b>Almas de Confissão</b>	<b>Número de pessoas por fogos</b>
Santo Amaro do Tarrafal	40	400	10
S.Nicolau Tolentino	143	- 1001	7
Santiago	225	- 1575	7
Nossa Senhora da Graça	30	477	16
Santa Catarina do Mato	360	- 2520	7
S. João	80	795	10
S. Miguel	50	360	7
Nossa Senhora da Luz	30	207	7
S.Jorge dos Órgãos	100	- 700	7 <sup>9</sup>

<sup>7</sup> CERRONE, Frederico, *História da Igreja de Cabo Verde*, Praia, Janeiro de 1983, p.23

<sup>8</sup> BALENO, Ilídio, Povoamento e Formação da Sociedade / condicionalismos adversos à ocupação, In, Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991, p. 141

<sup>9</sup> Os números que tem um travessão a frente e a coluna de números de pessoas por fogo foram eu mesma que as calculei.

De acordo com o quadro acima apresentado, pode-se concluir que por volta de 1572, a ilha de Santiago já se encontrava ocupada em toda a sua extensão, e a freguesia de Santa Catarina do Mato era a que apresentava maior número de fogos. Assim, em 1574 foi apresentado o Padre Manuel Mendes, natural de Santiago, como Pároco de Santa Catarina do Mato, e em 1587, o padre João Pinto, natural da Guiné, foi mencionado para trabalhar na evangelização dos escravos em Santiago.<sup>10</sup>

Segundo os dados existentes, a ilha de Santiago em 1774 tinha uma população de 24.358 habitantes, em 1775 teve uma diminuição brusca, pois, ficou com apenas 11.580. Apesar de ter havido 12.778 mortos, mesmo assim, a ilha continuou a ser a mais populosa do arquipélago de Cabo Verde.<sup>11</sup>

**Tabela II – As freguesias existentes na de ilha de Santiago no início do século XVII com a respectiva população e percentagem<sup>12</sup>:**

<b>Freguesias</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Santa Catarina do Mato	3137	35,33
Santiago (Ribeira seca)	1913	21,54
S. Nicolau (Ribeira de S. Domingos)	1216	13,69
São Jorge dos Picos (Ribeira dos Órgãos)	850	9,57
São João Baptista (Ribeira de António)	795	8,95
Santo Amaro (Ribeira do Tarrafal)	400	4,5

<sup>10</sup> CERRONE, Frederico, *História da Igreja de Cabo Verde*, ob cit., p.22

<sup>11</sup> BALENO, Ilídio, Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da companhia do Grão-Para e Maranhão, In, Santos Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. III, Edição conjunta do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Cultural de Cabo Verde, 2002, p. 231.

<sup>12</sup> SILVA, António Leão Correia, “A Sociedade Agrária. Gentes das águas: Senhores, escravos e forros”, In, Santos, Maria Emília Madeira (coordenação), *Historia Geral de Cabo Verde, Vol. II*, ob. cit., p.279

São Miguel (Ribeira dos Flamengos)	360	4,05
Nossa Senhora da Luz (Ribeira de Alcatrazes)	207	2,33

Com isso, podemos constatar que as quatro freguesias do centro da ilha de Santiago (Santa Catarina do Mato, Santiago Maior, São Nicolau Tolentino e São Jorge dos Picos) representam aproximadamente cerca de 80% da população rural da ilha, enquanto que as restantes situadas nas zonas meridionais (São João Baptista, Nossa Senhora da Luz) e no extremo norte (Santo Amaro e São Miguel), não ultrapassam a 20%.<sup>13</sup> Ainda de acordo com o quadro podemos ver que até meados do século XVIII, na ilha de Santiago, Santa Catarina era a freguesia com maior número de população. Juntando a população de todas essas freguesias, teríamos um total de 8.878 habitantes.

José Joaquim Lopes de Lima, no seu estudo “Ensaaios sobre a Estatísticas das Possessões Portuguesas”, diz o seguinte:

“Fora desta Vila (da Praia) não há em toda a ilha de S. Tiago povoação reunida, que mereça nem ao menos o nome de aldeia: e nem por isso imagine ser ela despovoada: a sua população desde o princípio de 18º século tem flutuado entre vinte e vinte e cinco mil habitantes (20.000 a 25.000 habitantes) diminuindo nas épocas das grandes fomes (como de 1770 a 73, e de 1831 a 33), e tornando a aumentar nos intervalos de fartura: em 1730, segundo Feijó, contavam-se nela 25.000 almas, que em 1775 estavam reduzidos ao terço: parece-me exagerada esta diminuição; porque em 1834, depois de três anos de calamidade, ainda nela se recensearam 21.646 habitantes, e hoje deve exceder os 25.000: mas esta gente vive toda, como já disse, em casais metidos nas plantações, e dispersos ao longo das Ribeiras, em algumas das quais como as de S. Domingos, e a do Engenho, se encontram espalhadas para mais de 200 casas.”<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Idem, Ibidem, p. 280

<sup>14</sup> LIMA, José Joaquim de Lopes, *Ensaaios sobre a Estatística das Possessões Portuguesas na Africa Ocidental e Oriental; na Ásia Ocidental; na China, e na Oceânia, Livro 1º*, Lisboa, 1844, Imprensa Nacional, p. 21 (Doc. facultado pela Dr. Iva Cabral).

## **CAPITULO II**

### **1 – A CRIAÇÃO DO CONCELHO DE SANTA CATARINA**

Segundo Santa Rita Vieira, a freguesia de Santa Catarina foi criada pelo Bispo D. Fr. Vitoriano Portuense (1688-1705).

O Concelho de Santa Catarina foi criado em 1834, por Manuel António Martins, com sede nos Picos para substituir o da Ribeira Grande, que na altura encontrava-se, praticamente, abandonada pela elite e totalmente arruinada. A população já se encontrava há muito tempo fixada no interior da ilha devido às razões apresentadas anteriormente.

Manuel António Martins, que foi Administrador geral da urzela na província de Cabo Verde (1833), foi nomeado Prefeito desse novo Concelho. No dia a seguir a sua tomada de posse (14 de Fevereiro de 1834), transferiu a sede do Conselho da cidade da Ribeira Grande, para a incipiente povoação dos Picos, originando o Concelho de Santa Catarina que foi o primeiro Município do interior de Santiago<sup>15</sup>. Assim, com a transferência da sede do

---

<sup>15</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita, *A vila de Assomada*, Editado pela Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina, 1993, p. 14. Ver a fotografia de São Salvador de Mundo (Picos) no anexo1.



Concelho a cidade da Ribeira Grande perde a sua Câmara e deixa de ser sede do Concelho e a ilha de Santiago fica com apenas dois concelhos, Santa Catarina<sup>16</sup> e Praia.

A nova Câmara Municipal não dispunha de recursos para satisfazer os seus encargos. A Rainha doou a essa instituição a terra denominada “Castelo”, situada na freguesia de São João Baptista, para ajudar a pagar as despesas (decreto de 12 de Janeiro de 1837).<sup>17</sup>

A data da criação do Concelho de Santa Catarina (1834) coincide com a do regresso dos liberais ao poder e com a configuração de um novo projecto colonial. Este projecto teve como seu dinamizador o Marquês de Sá da Bandeira, Secretário de Estado do Ultramar.

“Em Cabo Verde, será Joaquim Pereira Marinho, próximo e colaborador do Marquês de Sá da Bandeira, que representa, aliás brilhantemente, o novo projecto colonial”<sup>18</sup>. Este projecto liberal vai “recentrar o espaço arquipelágico”, deslocando o centro de gravidade de Cabo Verde para as ilhas do norte, mais concretamente para ilha de São Vicente. Segundo António Correia e Silva, o projecto liberal surge como um verdadeiro “recentramento”.

Nos anos trinta do século XIX, quando Pereira Marinho chegou a Cabo Verde, a sociedade de Santiago era um baril de pólvora pronto a explodir. A ilha era palco de uma constante instabilidade social, onde se temia a todo o momento a possibilidade de confrontos sangrentos. “A agudização da exploração num contexto político em que a escravatura se encontrava largamente ilegítimada pelo discurso abolicionista, fez subir o nível de tensão entre escravos e senhores e os actos de insubordinação se multiplicavam.”<sup>19</sup>

Vivia-se um clima social desorganizado, provocado não apenas pela desagregação da velha sociedade escravocrata como igualmente, pelas dificuldades que se prendem com a transição para uma sociedade camponesa de homens livres.<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> Até 2005, Santa Catarina era um dos seis concelhos da ilha de Santiago (Santa Catarina, Praia, São Domingos, Santa Cruz, São Miguel e Tarrafal). Em Julho desse ano foram criados mais três municípios na ilha. Boletim Oficial nº29 /2005, I Série, segunda-feira 18 de Julho.

<sup>17</sup> BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, vol. III, parte IV e V, 2ª edição, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, p.137.

<sup>18</sup> SILVA, António Leão Correia e, *Nos tempos do Porto Grande de Mindelo*, Centro Cultural Português, Praia - Mindelo, 2000 p. 56/57.

<sup>19</sup> Idem, ibidem p. 59/61.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 62

Na sequência da tentativa de transferir a capital do arquipélago para a vila do Mindelo, (Ilha de São Vicente), foi enviada uma representação ao Rei escrita pelo Secretário-geral da Província de Cabo Verde, José Maria de Sousa Monteiro, “pedindo a fixação definitiva da sede do governo da província, na vila da Praia com aproveitamento de um local saudável no Concelho de Santa Catarina para o tempo das águas.” O mesmo refere, ainda, que havia nos Órgãos, Picos e Santa Catarina pontos mais saudáveis do que muitas terras do Ribatejo e Alentejo.<sup>21</sup>

Por iniciativa conjunta da câmara da vila da Praia e do então recém – criado município de Santa Catarina, produz-se um panfleto contestando veementemente a ideia da mudança da capital para a ilha de S. Vicente. Argumenta-se que o grosso dos interesses do arquipélago se localizava em Santiago, como tal, era nesta ilha, e não em qualquer outra, que devia sediar a Capital de Cabo Verde. Se os governadores e os demais funcionários provenientes do Reino queixavam-se da insalubridade da vila da Praia, as câmaras propunham que durante a estação chuvosa se procedesse temporariamente à transferência da capital da vila da Praia para o interior, nomeadamente Achada Falcão, em Santa Catarina.”<sup>22</sup>

O novo Concelho situava-se numa região ainda pouco explorada e, ao dar os seus primeiros passos, lutava com dificuldades, por falta de recursos. Mas a sua criação teve um grande impacto no desenvolvimento do interior da ilha de Santiago.

## **1. 1 - PERFIL GEOGRÁFICO / DEMOGRÁFICO**

O Concelho de Santa Catarina, está situado na maior ilha do arquipélago, Santiago, na parte central e litoral leste, é o segundo maior da ilha, tanto a nível da superfície como a nível

---

<sup>21</sup> VIEIRA, ob. cit., p. 15.

<sup>22</sup> SILVA, António Leão Correia e, *Nos Tempos do Porto Grande de Mindelo*, Centro Cultural Português, Praia-Mindelo, 2000. p.74,75. Ver no anexo o Concelho de Santa Catarina na ilha de Santiago.

populacional<sup>23</sup>, já que o primeiro é o da Praia. Apresenta uma superfície de 274 km<sup>2</sup>. A sua sede é a cidade de Assomada a qual dista cerca de 44 km da capital do País.

Na data da sua criação (1834), compreendia cinco freguesias: Santa Catarina do Mato, São Salvador do Mundo, São Miguel, Santo Amaro Abade e São João Baptista.

O Concelho apresenta um relevo bastante acidentado, caracterizado pelo predomínio de encostas de grande declive que ladeiam as ribeiras, constituindo vales abertos e abruptos. Verifica-se a presença de coroamentos rochosos e cones vulcânicos. Evidenciam-se maciços montanhosos, caso de Pico de António e Serra Malagueta que constituem os pontos mais alto da ilha.

Ilídio do Amaral descreve assim este Concelho: “Ligeiramente ondulada, erizada de cones de alturas variáveis, esta superfície estende-se desde a escarpa vigorosa da Serra da Malagueta até aos contrafortes do Pico de António, a uma altura média de 500 metros na parte central da ilha”.<sup>24</sup>

Segundo o censo estatístico realizado pelo Bispo de Cabo Verde em 1727, documento cedido pela Dr. Iva Maria Cabral, Santa Catarina compreendia, nessa data, uma população residente de 9.935 habitantes distribuídos pelas suas cinco freguesias:

Santa Catarina – 2662

São Salvador do Mundo – 1560

São Miguel – 4090

São João – 999

Santo Amaro – 624

---

<sup>23</sup> Ver no anexo 4 o Concelho de Santa Catarina na ilha de Santiago.

<sup>24</sup> AMARAL, Ilídio do, ob. cit., 1964, p.90. Ver o limite da superfície do Concelho de Santa Catarina apresentado pelo mesmo autor, no anexo 2.

Realça-se que no censo a população está discriminada entre brancos, forros e escravos.<sup>25</sup>

Analisando estes dados podemos constatar que os habitantes nas referidas freguesias do interior de Santiago constituíam uma percentagem considerável da população da ilha. De entre essas freguesias a de São Miguel possuía o maior número de habitantes, seguiam-se as de Santa Catarina, São Salvador do Mundo, São João e Santo Amaro Abade.

Já no censo de 1990, o Concelho de Santa Catarina ocupa 25% da superfície da ilha, enquanto o da Praia ocupa 26%, S. Domingos 14%, Santa Cruz 15%, S. Miguel 9% e Tarrafal 11%. A sua população representa 23% dos habitantes da ilha, os da Praia 40%, S. Domingos 7%, Santa Cruz 15%, S. Miguel 8% e do Tarrafal 7%. A população do Concelho representa 12% de toda a população do arquipélago.<sup>26</sup>

Segundo o censo 2000, o Concelho tem uma população residente de 49.829 habitantes, sendo 27.266 do sexo feminino, 22.563 do sexo masculino, repartidos pelas duas freguesias: Santa Catarina com sede na cidade de Assomada e São Salvador do Mundo com sede na povoação de Achada Igreja (Picos)<sup>27</sup>. Este Concelho contempla uma população urbana de 7.067 habitantes residentes. Destes, 3.852 são do sexo feminino e 3.215 do sexo masculino. Quanto à população rural, o concelho tem 42.762 habitantes residentes, sendo 23.414 do sexo feminino e 19.348 do sexo masculino. Ainda segundo o mesmo censo, Santa Catarina tem um ritmo de desenvolvimento muito acelerado, fazendo com que o Concelho seja o terceiro mais populoso do País e tenha uma população rural superior a 90%.

À semelhança do que acontece a nível do país, a população é relativamente jovem, sendo 47% com a idade compreendida entre os zero e catorze anos. A freguesia de Santa Catarina abarca a maioria da população, na ordem dos 82%, vivendo na freguesia de São Salvador do Mundo apenas 18% dos residentes.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Censo estatístico realizado pelo Bispo de Cabo Verde, In, A. H.U. *Cabo Verde, Papeis Avulsos*, cx. 12, doc. 51, 7 de Outubro de 1727.

<sup>26</sup> Censo 90 da Direcção Geral de Estatística, In: Revista *Santa Catarina*, Diagnóstico da situação socio-económica, Junho 2000, p. 6. Ver o gráfico das representações do Concelho de Santa Catarina no e Santa Catarina na ilha de Santiago, nos anexos 3 e 4.

<sup>27</sup> Ver no anexo 5, mapa de Santa Catarina.

<sup>28</sup> Instituto Nacional de Estatística, Cabo Verde – Santiago/Santa Catarina, Censo 2000, p. 98/99.

Com isso conclui-se que o concelho de Santa Catarina tem uma população dispersa devido ao individualismo agrário e relativamente jovem.

**Tabela III – A população residente no concelho de Santa Catarina – (Dezembro de 2004)<sup>29</sup>**

<b>População</b>	<b>Total de habitantes</b>	<b>%</b>
Freguesia de Santa Catarina	9172	82% (da população concelho de Santa Catarina)
Freguesia de São Salvador de Mundo	40657	18% (da população concelho de Santa Catarina)
Total	49829	11% (da população total de Cabo Verde)

## **1.2 - ASPECTO ECONÓMICO /SOCIAL**

### **1.2.1. ASPECTO ECONÓMICO**

Levando em consideração que as secas sempre foram uma constante do clima caboverdiano, a frequência de anos secos, ou melhor, de poucas chuvas e a concentração das mesmas num curto período do ano, pôs em causa o desenvolvimento económico do país.

A ilha de Santiago, desde a sua descoberta sempre foi o centro económico e social do arquipélago pela sua posição geo-estratégica no Atlântico (comercio) e por ser o celeiro do arquipélago (agricultura).

A sua economia centrou-se desde cedo em duas vertentes:

---

<sup>29</sup> Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina, Vol. 1.

– No comércio e na navegação, pois Cabo Verde vivia dos recursos da costa da Guiné. Mas no século XVII a ilha atravessou um período difícil, com a abertura dos portos da Guiné a comerciantes estrangeiros e reinos, que com autorização régia deixaram de aportar em Santiago para pagar os impostos.

– Na agricultura já que segundo Correia e Silva: “O espaço ‘natural original’ de Santiago era, entre as demais ilhas, aquele em que os atributos (extensão, solo, recursos hídricos, portos, etc.) se apresentavam mais propícios ao desenvolvimento de uma agricultura intensiva, em grande escala exportadora.”<sup>30</sup>

Santa Rita Vieira afirma que a ilha de Santiago valia por si só, o resto do arquipélago, por ser a mais extensa, a mais produtiva, a mais populosa e cujo rendimento era tanto como o das restantes ilhas juntas.<sup>31</sup> Após a criação do Concelho de Santa Catarina, o desenvolvimento do interior da ilha foi mais notório. Nele se cultivava milho, feijão, cana, batata, café. Se produzia couro, azeite de purga, açúcar da terra e aguardente.<sup>32</sup>

O Concelho de Santa Catarina, localizado estrategicamente no centro da ilha de Santiago é essencialmente rural, a sua actividade produtiva baseia-se no sector agrícola tradicional, com destaque para a agricultura de sequeiro, no comércio, na silvicultura e na pesca. Sendo a agricultura a base da subsistência de toda a economia do arquipélago, ela foi o factor primordial que presidiu a distribuição da população, não só em Santiago como no resto do arquipélago.

Existem pontos importantes de áreas agrícolas que se estendem para o interior da ilha de Santiago e que são atravessados por vias de comunicação importantes. É o caso de Pedra Badejo, da Calheta e do Mangue, pontos de passagem da estrada que liga a Praia ao Tarrafal. Já o porto da Ribeira da Barca no Concelho de Santa Catarina, não teve a mesma sorte, pois, está situado na vertente ocidental mais árida, no extremo de uma estrada que não tem muita importância pois a liga apenas a Assomada. Mesmo assim, é de relembrar que o porto da Ribeira da Barca já foi outrora o ponto principal de saída da purgueira, da aguardente e de outros produtos.

---

<sup>30</sup> SILVA, *História de um Sahel insular*, p.144.

<sup>31</sup> VIEIRA, ob. cit. P.16.

<sup>32</sup> Boletim Oficial nº14 / 1884, p.69.

Dada a situação geográfica privilegiada do Concelho de Santa Catarina e as facilidades de comunicação com outros concelhos da ilha, de um modo particular com a cidade capital do País, a sede do Concelho (cidade de Assomada), constitui um ponto de encontro da população vizinha que contribui para o seu grande desenvolvimento económico. O Concelho tem grandes extensões de bons terrenos para a agricultura de sequeiro e dispõe também de férteis vales como a Ribeira dos Engenheiros, de Boa-entrada, de Tabugal, com regadios e achadas para a pastagem. A Ribeira de Boa-Entrada, por exemplo, oferece uma beleza paisagística surpreendente, pelo seu aspecto verdejante e pela grande quantidade de árvores. Pés de laranja, limoeiros, pés de café, de coqueiros, de amendoeiras, entre outras.

Para além da sua atracção natural, o Concelho possui um solo rico, um abundante sistema aquífero e um clima montanhoso favorável. Este recurso natural foi sempre a sua maior riqueza, uma vez que, os seus agricultores produziam e exportavam produtos para outras paragens. Pode-se dizer que do Concelho provinham as principais mercadorias para o comércio inter-ilhas. O solo enquanto recurso constitui o suporte para a maioria das actividades económicas e sociais.

Os proprietários do Concelho de Santa Catarina, começaram a tirar proveito das suas terras com a melhoria dos trabalhos no campo, que fez com que houvesse um acréscimo na receita da Câmara. Em 1887 o Boletim Oficial constata que: “O Concelho é a mais agrícola da província. Tem uma grande produção de milho, mandioca, feijão, café, cana-de-açúcar, algum tabaco e algodão e muita semente de purgueira.”<sup>33</sup> Esta nascia espontaneamente por toda a parte e em todos os terrenos e tinha uma grande importância económica para o Concelho e para todo o arquipélago.

Quase um século depois, no ano de 1962, Santa Catarina foi considerada como celeiro da ilha de Santiago, base de toda a sua economia, sem esquecer a actividade piscatória exercida no porto da Ribeira da Barca, que foi o de maior rendimento depois do porto de São Vicente e do de Rincão.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Boletim Oficial, Ano 1877, p.174.

<sup>34</sup> Boletim de propaganda, ano XIII, 1962 n.º 155, publicação Imprensa Nacional, Dr. Bento Levy, Praia, p.14.

O Conselho tem excelentes potencialidades para o desenvolvimento do turismo, que não são devidamente aproveitadas. Por isso essa actividade não constitui ainda um sector dinamizador do desenvolvimento da economia local. No comércio formal e informal, existe uma dinâmica devido ao mercado local de animais, de géneros hortícolas, pescado e produtos agro-alimentares, com a realização de feiras comerciais bi-semanais.

Como região agrícola, Santa Catarina é sem dúvida a mais importante da ilha e se calhar do arquipélago. Os seus terrenos de sequeiro e de regadio imensos e todos cultivados, produzem maravilhosamente.<sup>35</sup>

### **1.2.2 - ASPECTO SOCIAL**

Desde os finais do século XVIII, as ilhas de Cabo Verde foram alvo de abandono, devido a pobreza extrema do arquipélago, as secas sucessivas e o maior interesse da coroa portuguesa por terras mais lucrativas, como por exemplo o Brasil. A população era constituída minoritariamente por brancos (autoridades administrativas, eclesiásticos, degredados e militares) e, maioritariamente, por negros e mulatos.

A situação de pobreza estava quase que generalizada. A desorganização da sociedade durante as crises climáticas originou a derrocada da sociedade escravocrata. Foram libertos muitos escravos durante as fomes sem que lhes fossem dadas alternativas de vida, como por exemplo, terra para trabalhar ou outras actividades de sobrevivência. Houve até casos de homens livres que aceitaram emigrar nos navios como escravos para fugirem da fome que assolava as ilhas.

---

<sup>35</sup> VIEIRA, ob. cit., P.41.



Segundo António Carreira, a situação social da ilha de Santiago no início do século XIX era muito conturbada. “Os primeiros 50 anos do século XIX foram férteis em acontecimentos graves nas ilhas, alguns deles a coberto da proclamação do liberalismo. Sublevações da tropa e de degredados, seguidos ou não de saques e de assassinatos, ou apenas incitamentos à desobediência às autoridades, e revoltas de escravos, tudo isso se repetiram em intervalos maiores ou menores.”<sup>36</sup>.

As ideias da Revolução francesa, e os ecos das invasões napoleónicas, da fuga da família real para o Brasil, da independência desta colónia em 1822, das lutas liberais e das medidas tomadas para a abolição da escravatura, não podiam deixar de chegar a Cabo Verde, criando esperanças aos desfavorecidos e oprimidos.

Normalmente, as revoltas no arquipélago estavam sempre relacionadas com mudanças políticas em Portugal. A partir de 1820, época da revolução liberal, que tinha como um dos objectivos, libertar a economia portuguesa da dependência da Inglaterra e convocar as Cortes Constituintes, os senhores de escravos em Cabo Verde começaram a desconfiar de que algo estava para acontecer no Reino em relação à escravidão. Os escravos também desconfiados começaram a não obedecer os seus senhores, originando assim várias revoltas sociais entre as quais a dos moradores da Ribeira de Engenho no Concelho de Santa Catarina (em 1822) que se revoltaram contra as prepotências do Administrador do mesmo vínculo.

Assim, “A junta provisória do governo da província participou em 24 de Maio de 1822, ao ministro e secretário de Estado dos negócios da guerra, Cândido José Xavier, a revolta dos moradores da Ribeira de Engenho da ilha de Santiago, acontecida em Janeiro, e pedia providencias por não ter força para os conter. Levantaram-se contra o coronel Domingos Ramos, administrador do vínculo do Engenho, que se dirigiu à junta queixando-se dos rendeiros, que não só queriam assassiná-lo, mas até se negaram ao pagamento das rendas devidas, com o pretexto de que a Constituição tinha abolido todos os vínculos e que as terras vinculadas ficariam sendo propriedade de quem as trabalhasse.”<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> CARREIRA, António, *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 3ª Edição IPC, Estudos e Ensaios, Lisboa 2000, p. 336.

<sup>37</sup> BARCELLOS, ob. cit., Vol.II, parte III., p. 240,241.

Os rendeiros por sua vez, fizeram também queixas contra o referido coronel, acusando-o de usar violência na cobrança das rendas, exigindo que sejam tomadas medidas.

Em 1835, um ano após à criação do Concelho de Santa Catarina, houve duas grandes sublevações: uma ocorrida no mês de Março, conhecida por revolta do “batalhão dos açorianos”, que deixou a vila da Praia a saque e na qual foram presos e assassinados um grande número de oficiais.

A outra aconteceu no mês de Dezembro do mesmo ano, quando os escravos combinaram de assassinar todos os brancos, saquear as suas casas e assenhorearem-se da vila da Praia. Esses escravos reuniram em Monte Agarro, uma aldeia que fica nas proximidades da Praia, com o intuito de assassinar todos os brancos, seus senhores e proprietários, a fim de tomarem posse da ilha. Essa tentativa fracassou por causa da denúncia feita por um dos seus organizadores.

Em 1841, são os rendeiros que se revoltaram. Carreira escreve o seguinte sobre este acontecimento:

“cerca de 300 rendeiros de Nicolau dos Reis Borges tocaram a rebate, convocaram as gentes das redondezas da propriedade da Achada Falcão, para proclamar a recusa de pagamento das rendas, cujo recebimento aquele proprietário preparava. Os rendeiros começaram a gritar, dizendo ao proprietário que não pagavam mais rendas e dando vivas por não haver mais morgados, dizendo que as terras que tinham cultivadas eram suas. Armados com facas e cacetes (manducos), o proprietário Nicolau dos Reis Borges, que se encontrava numa situação de embaraço, sentiu-se ameaçado de morte, abandonou a propriedade e fugiu para a vila da Praia, acompanhado de Manuel Tavares Homem, Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina na altura.”<sup>38</sup>

As referidas revoltas de 1822 e 1841, traduzem claramente fenómenos da realidade social da ilha de Santiago. Tudo isso levou o governador Pereira Marinho a sentir-se inseguro na vila da Praia, já que segundo ele a localização da sede administrativa nessa vila colocava o poder político sob permanente ameaça. Marinho tinha consciência que o poder

---

<sup>38</sup> CARREIRA, ob. cit., p.345.

colonial estava frágil. “Em Santiago, no Quartel-general, na vila da Praia, Pereira Marinho sente de forma aguda a natureza periclitante do poder que exerce. Tudo parece assente sobre o fio da navalha. Politicamente a ilha é um verdadeiro campo minado.”<sup>39</sup>

A 11 de Junho de 1838, a Coroa aprova um decreto que determina a transferência das principais autoridades do Governo-geral de Cabo Verde para ilha de São Vicente. Semelhante medida é justificada pelas consequências nefastas do clima insalubre de Santiago e por São Vicente gozar de melhor clima e de outras vantagens, principalmente, a de possuir um porto mais seguro e com mais espaço do que o da Praia.<sup>40</sup>

Senna Barcelos na sua obra “Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné”, diz que em 30 de Abril de 1855, havendo fome em todas as ilhas menos na de Santiago, o governador resolveu fixar a sua residência permanente nesta ilha com a intenção de evitar o inconveniente de estar a mudar as repartições centrais que levariam a desordens nos ramos do serviço público. Em conselho de Governo decidiu-se que essa residência se fixasse num ponto salubre onde funcionassem as repartições centrais no tempo das chuvas. Chegaram a conclusão que aquele lugar deveria ser nos Picos, a sete léguas da cidade da Praia. O governador-geral viu a necessidade de se construir uma estrada que ligasse a região dos Picos à capital do país e de se criar um esquadrão de cavalaria de 2ª linha para o serviço da polícia e do correio. Esse esquadrão entrou em serviço no mês de Junho, porém só a quatro de Julho é que o Governador saiu para dar o traçado da estrada.<sup>41</sup>

Em 1857 ficaram decididas a construção de uma casa municipal no concelho de Santa Catarina, pelos fundos especiais da mesma, com acomodações para repartição da Câmara, administração do Concelho, escola, quarto para o juiz de direito, cadeia e quarto para o carcereiro. Anunciou-se também o princípio da construção da estrada que ligava a cidade da Praia para o concelho de Santa Catarina, assim como o caminho de Achada Falcão para o Porto da Ribeira da Barca e uma escola na freguesia de São Miguel.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> SILVA, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, ob. cit. pág.64.

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*, p. 68.

<sup>41</sup> BARCELLOS, ob., cit., 2ª edição, vol. IV, parte VI, p. 17.

<sup>42</sup> Boletim Oficial nº 48 / 1857, p.241.

O ano de 1858 foi escasso de chuvas em todas as ilhas e houve fome. Segundo o Boletim Oficial nº48, do ano de 1859, (portaria provincial nº 140 de 17 de Maio do mesmo ano) era urgente dar princípio à abertura da estrada da cidade da Praia para o Concelho de Santa Catarina, começando-se por ligar a referida cidade à freguesia de S. Nicolau Tolentino. A estrada foi aberta em tempo de crise agrícola, com o intuito de dar trabalho a uma população que morria de fome.

Mas, Valdez na sua obra “Africa Ocidental, Notícias e Considerações” diz o seguinte: “...em Dezembro de 1861, desde as cinco horas da tarde do dia 10, até à madrugada do dia 11, sofreu aquele Concelho um novo desastre, dessa vez não pela falta da chuva mas sim pela abundância dela. Caiu naquele concelho uma chuva tão forte que fez com que as Ribeiras crescessem de uma maneira incrível. As cheias levavam gados de todas as espécies, árvores etc. calculando-se os estragos em mais de 15.000\$000 de réis e tornando-se intransitáveis os caminhos.”<sup>43</sup>

**Tabela IV – Movimento da população do Concelho de Santa Catarina por freguesias (1863/64)<sup>44</sup>**

Concelhos e freguesias	Números de fogos	Totalidades de habitantes	Nascimentos	Óbitos	Casamentos
Santa Catarina	2002	10809	516	77	25
São Miguel	1486	8239	247	91	20
São Salvador	1114	3742	246	69	6
Santo Amaro	689	4158	131	50	17
São João Baptista	330	1200	56	30	5
Total	5621	28143	1196	317	73

Podemos mais uma vez ver neste quadro que a freguesia de Santa Catarina é a que tem maior número de habitantes, mais números de fogos, mais nascimentos e mais

<sup>43</sup> VALDEZ, Francisco Travassos, África Ocidental, Notícias e Considerações, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, p. 248.

<sup>44</sup> Ibidem, idem, p. 242.

casamentos. Já o mesmo não acontece quanto ao número de óbitos, que foram maiores na freguesia de São Miguel.

Em Junho de 1864 o Secretário-geral, por ordem do Governador, determinou que se estabelecesse em breve um hospital provisório em Achada Falcão, para serem admitidos os enfermos do mesmo concelho<sup>45</sup>.

Vamos analisar a vida social do Concelho de Santa Catarina através das notícias e notas oficiais publicadas no Boletim Oficial de Cabo Verde dos finais do século XIX:

O Governador-geral da Província de Cabo Verde escreveu sobre a conveniência de passarem as freguesias de São João Baptista e de São Salvador do Mundo do concelho de Santa Catarina para o concelho da cidade da Praia. Isto porque, sendo a população actual do concelho da cidade da Praia de 12.103 almas, e do concelho de Santa Catarina de 26.948, a mudança da população das dessas freguesias (3.995 almas) para o concelho da cidade da Praia, ainda deixa o de Santa Catarina com mais população. As freguesias de S. João Baptista e de São Salvador do Mundo passaram, assim, a fazer parte do concelho da Cidade da Praia no ano de 1872.<sup>46</sup>

Segundo Boletim Oficial n.º 38 do ano de 1869 (p.224) o Governador-geral da Província de Cabo Verde, Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque, estabeleceu na capital do Concelho de Santa Catarina, uma escola de instrução primária para o sexo feminino, que da freguesia de São Roque da ilha da Boa Vista onde existiam duas escolas para o sexo feminino e que, segundo esse funcionário colonial, uma só escola era suficiente naquela freguesia.

Assim a povoação do Manguê do Tarrafal, cabeça do Concelho de Santa Catarina ganhou uma escola de instrução primária para as suas filhas.

---

<sup>45</sup>Boletim Oficial n.º 24 / 1864, p. 126.

<sup>46</sup>Boletim Oficial, n.º 29/1872 p.149.

O Governador-geral da Província nomeou o Presbítero João da Cruz e Silva, pároco da freguesia de Santo Amaro do Concelho de Santa Catarina professor de instrução primária.<sup>47</sup>

Segundo o governador-geral plantaram-se oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e duas (84282) estacas de purgueira na Achada Falcão e Achada Lém e também doze mil e novecentos e noventa e cinco (12.995) estacas na Ribeira de Boa-Entrada, Tomba Touro e Lém Fortes.<sup>48</sup>

O ano de 1885 foi bom o estado sanitário e “abundante o alimentício”. As abundantes chuvas prejudicaram a agricultura e metade da colheita de milho ficou perdida. Os caminhos ficaram quase intransitáveis.

Já no ano seguinte (1886) o estado sanitário no concelho de Santa Catarina foi regular, mas, começava-se a sentir a falta de géneros para a alimentação, principalmente nas freguesias de São Miguel e Santa Catarina. O comércio continuava paralisado. O gado começou a morrer por falta de boas pastagens. Os ladrões, chamados pelo Boletim Oficial de “ratoneiros”, invadiam de noite as propriedades agrícolas e roubavam gado e frutas da terra.

Segundo o B.O do ano de 1890 continuaram as obras da estrada do Tarrafal para a freguesia de Santa Catarina.

No 1895 (B.O n.º 46, de 16 de Novembro) foi regular o “estado sanitário e alimentício” no concelho de Santa Catarina, e “pouco animado o comercial”. As searas, principalmente nas freguesias de Santo Amaro Abade e de São Miguel, estiveram quase perdidas pela estiagem, porém as chuvas caídas as salvaram.

Não podemos terminar este ponto sem falar de mais uma revolta ocorrida em 1910 no Concelho de Santa Catarina, na localidade de Ribeirão Manuel.

De entre as revoltas ocorridas nesse Concelho, penso que esta foi a que mais marcou a História de Cabo Verde, talvez por ser a mais recente. Vou aqui fazer uma referência breve a essa sublevação.

---

<sup>47</sup> Boletim Oficial, n.º12/1871 de 25 de Março, portaria n.º96, p.61.

<sup>48</sup> Boletim Oficial n.º 24 / 1881. P.135.

Para começar diria que essa revolta foi tipicamente camponesa e a sua data (1910), coincidiu com a implantação da República em Portugal. A razão dessa revolta foi a prisão pelas tropas colónias de cerca de 30 a 40 mulheres por terem efectuado a recolha de purgas pelas sem a licença dos proprietários. Essas mulheres foram levadas para a cadeia de Cruz Grande.

Nhanha da Veiga, “mulher muito corajosa e forte que até fazia medo aos homens”<sup>49</sup>, com o acontecido, organizou grupos e foram à referida cadeia, com a intenção de libertar as mulheres que tinham sido presas. Arrebentaram as portas e conseguiram libertar 30 mulheres. Um dos guardas da cadeia ficou ferido e a notícia espalhou-se.

Um dos aspectos marcantes dessa revolta é a participação activa das mulheres que assumiram papéis de protagonistas.

Vivia-se uma época de tensão entre proprietários e rendeiros por causa, sobretudo, das más colheitas dos anos anteriores. E óbvio que se as colheitas tivessem sido boas, não haveria problemas entre eles, uma vez que a produção chegaria para todos.

O Governador Marinha de Campos informado dessa revolta deslocou-se pessoalmente a Ribeirão Manuel para ouvir as reivindicações dos camponeses e dos rendeiros.

### **1.3. ASPECTO ADMINISTRATIVO**

O estudo da administração colonial portuguesa em Cabo Verde, reveste-se de uma grande importância quer sob o ponto de vista da história político-institucional, quer sob o ponto de vista da história social.

---

<sup>49</sup> Guilhermina Sanches, residente em Achada falcão (Cruz Grande), conhecedora das histórias locais – pessoa entrevistada.

A partir de 1833 até 1910, a maior parte das alterações verificadas nas instituições administrativas, estavam de acordo com os princípios liberais da separação de poderes inseridos no quadro da reforma geral da administração pública da própria Metrópole, alterando deste modo toda a organização e normas vigentes anteriormente.

Com a vitória definitiva dos liberais a partir de 1833, começa uma fase muito complexa, com diversas reestruturações, onde se procura levar à prática o pensamento da 1ª fase do liberalismo, visando uma prudente descentralização e simplicidade administrativa. Desta forma ficaram extintos diversos órgãos que no Reino se ocupavam da administração ultramarina.<sup>50</sup>

Segundo as leis de 1832, Cabo Verde passava a ter a designação de Província e dividia-se em Comarcas e Concelhos.

"Pelo decreto de 30 de Agosto de 1833, ficou extinto o Tribunal do Concelho Ultramarino e foram criados o Ministério e a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros da Marinha e Ultramar.

Foi posta em vigor a lei de 16 de Maio de 1832 que reformou a administração colonial: os domínios da Coroa transformaram-se em províncias ultramarinas, com a mesma legislação da Metrópole. Passaram a ser governadas por um Prefeito, com atribuições equiparadas a Governador. Foram divididas em comarcas e subdivididas em Concelhos, chefiados, respectivamente, por sub-prefeitos e provedores.

Os prefeitos, sub-prefeitos e provedores, desapareceram em 1835 e, foram novamente nomeados os governadores-gerais e criados os cargos de governadores de distrito e administradores de Concelho".<sup>51</sup>

Sendo o Concelho de Santa Catarina criado em 1834, foram os seus primeiros Presidentes da Câmara:

- António Furtado (1838)

---

<sup>50</sup> Secretaria Geral do Governo (1803-1927), Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico, Praia – Cabo Verde, Correio e Palácio do Governo-Praça Sá da Bandeira 1994, p.15.

<sup>51</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita, ob. cit., p.13/14.



- João de Carvalho Alvarenga (1850)
- Dr. Francisco Frederico Hopffer (1857)

Foram administradores do Concelho:

- João de Carvalho Alvarenga (1838)
- Gregório Freire de Andrade (1838)
- Dr. Francisco Frederico Hopffer (1857)
- Manuel Furtado Meira (1863)

Para o Concelho em estudo ficaram as freguesias de: Santa Catarina. São João Baptista, São Salvador do Mundo, São Miguel e Santo Amaro Abade.<sup>52</sup>

Segundo a Secretaria-geral do governo (1803-1927) a dinâmica administrativa do ultramar português dividia-se em províncias e estas em distritos que se subdividiam em concelhos e freguesias com o respectivo administrador e câmara. Geralmente os Presidentes das Câmaras e Administradores de Concelho eram escolhidos entre os proprietários residentes no Concelho.

“As reuniões da Câmara, faziam – se nas casas dos Presidentes, que assim serviam de Paços do Concelho: na Ribeira da Barca (1845), na Casa Grande dos Picos (1845), nos Flamengos (1846 a 1849), nos Picos (1851 a 1857), na Achada Falcão em Carreira.”<sup>53</sup>

Cada uma das províncias era administrada por um governador-geral que tinha atribuições civis e militares. A estes eram dadas as mais amplas faculdades de administrar.

A frente do concelho havia um administrador e uma Câmara municipal composta de cinco vereadores nos concelhos de 1ª classe e de três nos de 2ª, eleitos directamente pelos eleitores do município.

---

<sup>52</sup> Idem, ibidem, p. 14.

<sup>53</sup> Idem, ibidem., p.26.

Em 1863, foram nomeados como: delegado Fiscal da Alfandega da ilha de Santiago no porto da cidade da Ribeira Grande e seu distrito, Venceslau Gomes Ferreira; delegado fiscal da Alfândega, no porto de Rincão e seus distritos, João de Matos Fernandes; delegado fiscal no porto do Tarrafal e seu distrito, Pedro António Borges e no porto da Ribeira da Barca e seu distrito, Miguel Delgado Freire.<sup>54</sup>

Em 1864 o Governador da província de Cabo Verde nomeou Pedro Ricardo Sabino Lucas de Vasconcelos regedor da paróquia de Santo Amaro do mesmo Concelho<sup>55</sup>.

**Tabela V – Relação dos juízes eleitos para o Julgado de Santa Catarina abrangendo as respectivas freguesias em 1866<sup>56</sup>:**

<b>Freguesias</b>	<b>Juízes eleitos</b>	<b>Substitutos</b>
Santa Catarina	José Joaquim de Oliveira	Mateus Afonso Pedro Mendes Martins
São Salvador do Mundo	Bento Rodrigues Sousa	João Spínola Araújo Castro João Lopes de Carvalho
São João Baptista	Joaquim Monteiro Barbosa	Manuel dos Santos Ludovico Rodrigues Tavares
São Miguel	Luís Pereira de Melo	António Tavares Silva Manuel António Furtado
Santo Amaro	José Maria Loff	Pedro Dias Varela Teófilo de Barros Soares

<sup>54</sup> Boletim Oficial n.º 4 /1863, portaria n.º 28 de Junho, p. 29.

<sup>55</sup> Boletim Oficial, n.º 24/1864 e pela portaria n.º 149 p. 126.

<sup>56</sup> Boletim Oficial nº22 / 1866 portaria n.º 118, p. 107.

Em 1869, foi nomeado Manuel dos Reis Borges, administrador interino do Concelho de Santa Catarina e foram nomeados também, regedores para as freguesias de São Salvador do Mundo e Santa Catarina, no Concelho de Santa Catarina<sup>57</sup>.

No ano de 1870 chegou a Cabo Verde, Joaquim Isidoro Machado Pereira nomeado (em portaria do Ministério da Marinha e Ultramar de 28 de Outubro) administrador interino do Concelho de Santa Catarina. O Governador Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque ordenou-lhe que tomasse posse também da presidência da Câmara municipal do respectivo Concelho, ficando assim exonerado daqueles cargos o administrador, Manuel dos Reis Borges.<sup>58</sup>

Em 1875, foi regedor da freguesia de Santa Catarina, António Vieira de Fontes e substituto, Agostinho Gonçalves.<sup>59</sup>

**Tabela VI – Relação dos juízes eleitos para o Julgado de Santa Catarina abarcando as respectivas freguesias em 1884<sup>60</sup>:**

<b>Freguesias</b>	<b>Juízes eleitos</b>	<b>Substitutos</b>
Santa Catarina	Osório Martins Franco	José António Fernandes Luís da Silva Brito
Santo Amaro	José Dias Fernandes	Miguel Rodrigues de Carvalho António dos Reis Tavares
São Miguel	Teófilo António Spencer	Leonardo Gomes de Barros Marcos Gomes
São Salvador do Mundo	Bernardino Soares Cabral de Almada	José Tavares Homem Cândido Freire de Andrade

<sup>57</sup> Boletim Oficial n.º 24 / 1869, p. 161.

<sup>58</sup> Boletim Oficial n.º 1 / 1870 p.3.

<sup>59</sup> Boletim Oficial n.º 33 / 1875, p.200.

<sup>60</sup> Boletim Oficial nº 6 / 1884, p.25.

Como já referimos acima, houve várias revoltas dos moradores do Concelho de Santa Catarina contra os respectivos administradores.

Em 1858, os cidadãos desse Concelho da ilha de Santiago de Cabo Verde, "usando de um dos mais nobres dos seus direitos", pediram justiça dizendo: que num concelho com mais de vinte mil habitantes, não existem leis nem garantias algumas que defendam as pessoas e suas propriedades; que eram tantos os abusos, as violações da lei, que se podia dizer que o Concelho de Santa Catarina não gozava de garantias Constitucionais. Por isso pediam justiça contra os abusos praticados.

Segundo esses moradores:

“ Este governador tendo – se servido dos entes mais desprezíveis em posição, carácter e honradez, para administrar justiça aos habitantes deste Concelho, tolera que os povos sejam massacrados por terem tido a coragem de votarem livremente no Conselheiro, António Maria Barreiros Arrobas, que deixando de ser governador-geral desta Província, deixou no coração de todos uma saudade eterna; e os serviços que prestara a favor da humanidade durante a crise da epidemia e da fome, jamais poderão ser esquecida. A gratidão que estes povos tão dignamente mostraram para com aquele ex. governador, elegendo o seu representante no parlamento, devia ser respeitada e admirada, até por aquele que o veio substituir no mando; mas nada disso sucedeu.”<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> BARCELLOS, ob. cit. Vol. IV, parte VI, p.121/122.

### **CAPÍTULO III**

#### **1. AS SUCESSIVAS TRANSFERÊNCIAS DA SEDE DO CONCELHO: PICOS, ACHADA FALCÃO, TARRAFAL E ASSOMADA**

A sede do Concelho de Santa Catarina, foi durante muitos anos, um tanto ou quanto itinerante.

Picos foi a primeira sede administrativa do Concelho. Seguidamente foram: Achada Falcão, Tarrafal e finalmente Assomada, em 1912.

Realça-se que o Concelho foi criado pelo Alvará de 1834, mas que este, não lhe fixou sede, e que esta foi no espaço de 35 anos nómada, até que por decreto de 29 de Março de 1865, que teve execução em 10 de Maio de 1869, foi fixada na povoação do Tarrafal a sede da autoridade municipal.<sup>62</sup> Isso deve ser a razão de não existir documentação que nos dê uma data exacta sobre a transferência da sede do Concelho de Picos para achada Falcão.

---

<sup>62</sup> Boletim Oficial nº39 /1877, p.174.

Segundo Santa Rita Vieira, na sua obra, foram expropriados terrenos para a edificação da sede do Concelho, na Achada Falcão, no sítio de Cruz Grande, e encomendados os materiais para a edificação dos edifícios públicos. A Câmara tinha um rendimento progressivo o que justificava as despesas de instalação. A primeira pedra para o edifício da casa da Câmara foi lançada no dia 18 de Janeiro do ano de 1861.

Apesar de ter sido expropriado o terreno, lançada a primeira pedra, encomendados os materiais para os edifícios públicos, este projecto foi abandonado, em 1869, e a sede do Concelho foi transferida para a freguesia de Santo Amaro Abade no Tarrafal.

Foi numa reunião no sítio de Carreira (Achada Falcão), na residência de Manuel dos Reis Borges (mais rico proprietário da ilha de Santiago), a 19 de Junho de 1859, que foi feita a primeira proposta de instalação da casa da Câmara e sede do Concelho no Mague do Tarrafal, que na altura se encontrava povoado com uma dezena de casas.<sup>63</sup>

Segundo fontes orais os materiais encomendados para o tal edifício da Câmara, foram utilizados para a construção da actual Igreja de Santa Catarina no mesmo sítio (Achada Falcão).

A transferência da sede do concelho não foi tão fácil, uma vez que houve várias contestações. Uns queriam que a sede ficasse instalada na Achada Falcão e outros queriam a sua transferência para o Tarrafal e cada um procurava justificar sua escolha.

Vejamos o seguinte:

“O local escolhido tem uma magnífica baía e uma rica praia de banhos, de areia branca e água transparente. É também um bom porto de pesca. Por lá se exportou a urzela e a purgueira, como se fez por vários outros portos da ilha de Santiago. Foi uma zona de pastagem, vindo o gado de outras freguesias. Militavam contra o facto de não ter estradas de acesso, não sendo verdade que podiam concorrer aí com mais facilidade os géneros alimentícios, do que mesmo a cidade da Praia. Quanto a produção agrícola só é abundante nos anos de muito boas chuvas. Como já foi referido, várias foram as despesas feitas quanto aos recursos públicos mas Achada

---

<sup>63</sup> VIEIRA, ob. cit., p.21/22/27.

Falcão, não era uma localidade propícia para a sede do concelho. Numa ilha era quase que forçoso estabelecer os capitais em portos de mar. É difícil e muito custoso a condução de materiais para aquela localidade.

Os que militavam a favor de Achada Falcão, alegavam o bom clima do sítio, com o qual Tarrafal não podia competir. Era, além disso, uma excelente zona agrícola com um razoável porto, o da Ribeira da barca, muito próximo, servido por uma estrada carroçável. A referida zona é um extenso planalto, cortados em todos os sentidos por largos arruamentos bordados de purgueira, podada, e cujos ramos entrelaçando-se de tal modo, formando uma elegante abóbada de verdura que permite a passagem ao cavalo e cavaleiro.”<sup>64</sup>

Manuel dos Reis Borges, considerado na época o mais rico proprietário da ilha de Santiago, filho de Nicolau dos Reis Borges, que também foi um grande proprietário da ilha, não estava interessado nas poucas vantagens que lhe podiam advir de ter a sede do Concelho no centro das suas propriedades na Achada Falcão, ao contrário, viu grandes desvantagens viver com as autoridades de meias paredes com os seus domínios. Sentia incomodado com a instalação da sede nas proximidades dos seus domínios. Dessa forma, conseguiu colocar do seu lado o Governador, Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque, que acabou por resolver o problema a seu favor. Com essas razões todas apresentadas contra a permanência da sede do Concelho em Achada Falcão, preferiu o Governador, o porto do Tarrafal.

Assim, o referido decreto de 29 de Março de 1865, fez do Tarrafal a sede do Concelho de Santa Catarina e no dia 10 de Maio de 1869, reuniu-se ali a primeira sessão da Câmara.

O B.O nº 20 /1869, de 8 de Maio, informa que a partir do dia 10 do mesmo mês, o Mangue do Tarrafal era considerado sede do Concelho, sendo no mesmo dia feita a mudança das diferentes repartições.

---

<sup>64</sup> Idem, Ibidem, p.27 / 47.

Levando em conta os interesses de Manuel dos Reis Borges (B.O nº.20 / 1869 portaria nº 109 de 15 de Maio), o Governador-geral nomeou-o interinamente administrador do Concelho de Santa Catarina.

No dia 13 de Junho do mesmo ano, pelo anúncio de 31 de Maio a Câmara, colocou na Praça Achada Falcão, na casa que servia de armazém os materiais para edificação dos prédios urbanos.<sup>65</sup>

Segundo a obra, "Tarrafal, A História, A Terra, As Gentes", duas são as causas que estiveram na origem da transferência da sede do Concelho para Tarrafal:

“A primeira prende-se com o facto de ele se situar muito próximo dos influentes morgados da freguesia de Santa Catarina e a segunda tinha a ver com a necessidade de se criar um outro pólo de desenvolvimento no extremo norte da ilha que contrabalançasse com o Cidade da Ribeira Grande no extremo Sul. E sem contrariar essas duas teses, pode-se acrescentar, contudo uma terceira, não menos válida, segundo a qual as autoridades administrativas da época, residiam ao belo prazer, ora numa povoação, ora noutra, em função dos seus interesses”.<sup>66</sup>

A 2 de Junho de 1869, foi nomeado para ir em comissão de serviço à Achada Falcão e Mangue do Tarrafal, Custódio José Duarte com a missão de fazer um relatório com as seguintes instruções:

- “Informar qual era no Tarrafal a posição mais adequada para o estabelecimento da nova povoação. Devia fazer a descrição topográfica daquela localidade e descrever as qualidades do solo sobre o qual se devia edificar aquela povoação.
- Apontar quais os rumos que deviam correr as ruas principais e qual a largura que se lhes devia dar.
- Se a água era potável, abundante e qual era a sua natureza.

---

<sup>65</sup> Boletim Oficial, nº23/1869, p.160.

<sup>66</sup> FREIRE, Adriano Andrade, *Tarrafal, A História, A Terra, As Gentes. "O melhor dos melhores lugares da melhor ilha"* Edição, Secretariado Administrativo, Tarrafal, ilha de Santiago, República de Cabo Verde, 1989, p. 5/7 e 9. Talvez seja um erro do autor no que diz respeito à última causa, porque nessa altura a cidade da Ribeira Grande não tinha a importância que tivera outrora.



- Indicar as localidades mais propícias para a edificação do hospital, quartel, cadeia, cemitério, matadouro e mercado.
- Informar sobre as condições de salubridade do lugar.
- Informar se haveria mais garantia de salubridade na povoação desenvolvida na Achada Falcão do que no Mangue do Tarrafal, e qual a diferença ou semelhança entre as enfermidades desenvolvidas numa e noutra localidade.<sup>67</sup>

Assim vimos que o governador procurou "sacudir a água do seu capote", lançando a responsabilidade da transferência para os ombros do médico. Tornava-se difícil acreditar que o Governador não sabia que o litoral da ilha de Santiago sempre teve a fama de doentio, enquanto que o interior não. A transferência não estava sendo justa. Por isso, ia ele "engodando" a população com alguns melhoramentos, como por exemplo a instalação da escola de instrução primária de segunda classe no Tarrafal.<sup>68</sup>

Em 1877, o Administrador, Jorge José Rodrigues de Portela e Prado, pediu a transferência da sede do Concelho para Achada Falcão, embora não sendo aceite o pedido, com a justificativa de que o Tarrafal era a mais insalubre e inabitável terra que se podia imaginar, longe da principal região agrícola e havia nela apenas duas lojas pobres e mal fornecidas e umas quatro casas sem arte nem estética. Segundo este administrador a vila do Tarrafal situava-se no Norte do Concelho e, por isso, os oficiais camarários não podiam exercer com regularidade a sua autoridade.

O Administrador seguinte, Adelino Abel Coelho da Cruz, depois de tomar posse do seu cargo no Tarrafal mudou, com permissão do Governo, a sua residência e funções do seu cargo, para Achada Lém, obrigando até os vereadores da Câmara a realizarem as sessões na sua própria casa.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Boletim Oficial, nº23 / 1869, p.158, 159.

<sup>68</sup> VIEIRA, ob. cit. p.30. Ver anexo 6.

<sup>69</sup> Idem, Ibidem, p.39. Sem data.

Como as terras denominadas “Castelo”, que a Rainha doou ao Concelho na época da sua criação, se situavam longe da sede e portanto eram de difícil fiscalização, foram trocadas com as propriedades de Chambom e Porto Formoso.<sup>70</sup>

### 1.1 A TRANSFERÊNCIA PARA VILA DE ASSOMADA

Desde 1869 até 1912 a sede do Concelho de Santa Catarina situou-se no Tarrafal. Como já tinha feito referência, muitos moradores não ficaram satisfeitos com essa transferência e lutaram para que a sede voltasse para a freguesia de Santa Catarina que, segundo eles, era o lugar ideal. Em 1896, o General Daniel Simões Soares, assumiu o cargo de Administrador do Concelho de Santa Catarina. Para ele Santa Catarina também era a região mais adequada para a fixação da sede do Concelho do mesmo nome. Assim pediu a sua transferência, corroborando com todos os pedidos que já tinham sido feitos e, principalmente um feito em 1877 pelo Administrador na altura, Jorge José Rodrigues de Portela e Prado.<sup>71</sup>

Assim, no ano de 1912 o Governador, Joaquim Pedro Vieira Júdice Biker<sup>72</sup> fez pela portaria nº 146 de 4 de Maio a transferência da sede do Concelho do Tarrafal para a povoação de Assomada.

Santa Rita Vieira, um dos que movimentaram a transferência da sede, cedeu parte das suas terras por baixo preço para a futura vila. Além disso construiu um edifício de aluguer, onde passou a funcionar a Câmara municipal e a administração do Concelho e outro para a escola primária.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> Boletim Oficial nº3 /1895, p.16.

<sup>71</sup> VIEIRA, ob. cit., p.40.

<sup>72</sup> Boletim Oficial, nº18 / 1912, portaria nº 146, p.162. Ver no anexo 7 a carta da transferência e no anexo 8 a fotografia da Rua Júdice Biker lado direito, lado esquerdo anexo 9.

<sup>73</sup> VIEIRA, ob. cit., p. 42.

Assim após varias transferências o Concelho de Santa Catarina ficou definitivamente na cidade de Assomada que se situa na zona central da ilha de Santiago, no vasto planalto do Mato Engenho e a numa altitude média de 500 metros. É hoje uma das povoações mais importantes não só da ilha de Santiago, mas também de Cabo Verde. Dada a sua situação geográfica e as facilidades de comunicação com outros centros da ilha, Assomada é um ponto de encontro de populações vizinhas, contribuindo assim para o seu grande desenvolvimento comercial. A cidade acolhe feiras permanentes de troca de produtos do interior. Através dos seus mercados bi-semanais de produtos agro-pecuários ela contribui para o progresso da ilha e de Cabo Verde já que é um dos maiores centros agrícolas e comerciais do arquipélago.

## CONCLUSÃO

A ilha de Santiago, devido à sua posição geo-estratégica, serviu de ponto de atracção de mercadores e navegadores de outras paragens, desde o início do seu povoamento. O grau de prosperidade que a ilha, mais concretamente a cidade da Ribeira Grande, atingiu foi motivo de cobiça pelos estrangeiros. Para além disso várias foram outras causas que contribuíram para a decadência de cidade da Ribeira Grande.

Com a proclamação da revolução liberal em Portugal, e com o movimento abolicionista que já se fazia sentir gerou-se uma instabilidade social no arquipélago: os escravos consideravam-se livres dos seus senhores e estes, por sua vez, não aceitavam tal situação por os considerarem como uma importante fonte de rendimento; os rendeiros insurgiam-se contra seus proprietários, recusando o pagamento das rendas, com o argumento de que as terras que eles cultivavam eram suas.

A situação de ruína em que se encontrava a cidade da Ribeira Grande, a instabilidade social existente e o clima favorável do interior da ilha favoreceram a criação do Concelho de Santa Catarina, com a extinção do primeiro Concelho do arquipélago de Cabo

Verde (Ribeira Grande/Cidade Velha). Assim em 1834 foi criado o Concelho com sede na povoação dos Picos, na Freguesia de São Salvador do Mundo.<sup>74</sup>

O novo Concelho contempla uma população rural superior a 90%, e tem grandes potencialidades nos domínios da agricultura, da pecuária, do comércio e serviços, das pescas e do eco-turismo. Conhecido como coração de Santiago, um dos maiores Concelhos de Cabo Verde, possui várias ribeiras férteis e as maiores cadeias montanhosas da ilha de Santiago: Serra Malagueta, com uma beleza paisagística que constitui o perímetro florestal do Concelho, e Pico de António (a maior altitude da ilha) com 1392 metros.

Apesar de ser um Concelho montanhoso, possui também um belo litoral, onde pode-se encontrar várias aldeias piscatórias com panoramas belíssimos.

Santa Catarina foi palco de várias revoltas contra o colonialismo português, entre as quais se destaca a de Ribeirão Manuel, em 1910.

Na altura da sua criação o Concelho abarcava cinco freguesias (Santa Catarina, São Salvador do Mundo, São Miguel, Santo Amaro e São João Baptista). Desde Maio de 1912, após várias transferências, Assomada é sede do Concelho.

Assomada, vila fundada numa grande achada entre as duas referidas cadeias montanhosas, tornou-se no coração do Concelho e, em certas épocas, o seu rápido crescimento fez dela a área urbana mais populosa do país.

Após ter perdido, no ano de 1872, para o Concelho da Praia as freguesias de São Salvador do Mundo e São João Baptista o Concelho de Santa Catarina ficou apenas com duas freguesias: a do mesmo nome e a de São Salvador do Mundo.

Actualmente, com a elevação da freguesia de São Salvador do Mundo à categoria de Concelho<sup>75</sup> o Concelho de Santa Catarina ficou somente com a freguesia do mesmo nome. Assim a partir deste ano o Concelho, por nós estudado, passou a ser um dos nove concelhos

---

<sup>74</sup> Realça-se que a partir dessa data (1834), até a primeira metade do século XIX, a ilha de Santiago tinha apenas dois concelhos: o da Praia e o de Santa Catarina.

<sup>75</sup> Boletim Oficial nº 29 do ano de 2005, 1ª série,.

da ilha de Santiago, uma vez que, em Julho de 2005 foram criados mais três municípios (São Salvador de Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Santíssimo Nome de Jesus).

Para terminar não posso deixar de dizer que foram vários os constrangimentos encontrados na realização deste trabalho, nomeadamente a falta de documentação, a falta de dados ou, pelo menos, o seu difícil acesso, por se tratar de um tema pouco trabalhado. Durante a feitura deste trabalho a autora teve que fazer várias deslocações a diferentes concelhos da ilha de Santiago em busca de dados, buscas essas por vezes infrutíferas, mas que acarretaram algumas despesas financeiras.

Outra limitação prende-se com o pouco tempo disponível para a execução do trabalho, já que como trabalhadora estudante teve pouco tempo para cumprir o prazo estipulado para entrega e apresentação do mesmo.

Apesar de pensarmos ter atingido os objectivos traçados, temos que assumir que, por falta de dados, não ficou clara a data da transferência da sede do Concelho de Picos para Achada Falcão.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **a) Impressas**

Boletim de Propaganda, Ano XIII, 1962, nº 155, publicação Imprensa Nacional, Dr. Bento Levy, Praia.

Boletim Oficial de Cabo Verde:

- 1) nº 4/ 1863, portaria
- 2) nº 28 de Junho
- 3) nº 6/ 1864, p.29
- 4) nº 23 /1864, portaria nº 105
- 5) nº 24 /1864
- 6) nº 26 /1864, portaria nº 178
- 7) nº 20 / 1869, portaria nº 108

- 8) n.º 23 / 1869,
- 9) n.º 25 / 1869, portaria n.º 156
- 10) n.º 38 / 1869, portaria n.º 202
- 11) n.º 1/1870, portaria n.º 315
- 12) n.º 12 / 1871
- 13) n.º 13 / 1871
- 14) n.º 33 / 1875
- 15) n.º 40/ 1875
- 16) n.º 39 / 1877
- 17) n.º24 / 1881
- 18) n.º15 / 1883
- 19) n.º 16 / 1883
- 20) n.º 4 / 1884
- 21) n.º 6/1884
- 22) n.º 8 / 1884
- 23) n.º 14 / 1884
- 24) n.º 3 /1895
- 25) n.º 46 /1895
- 26) n.º 8 /1901
- 27) n.º 2 / 1912
- 28) n.º 18 / 1912, portaria n.º 146



29) Boletim Oficial nº 29 do ano de 2005

Repertório Numérico Simples do Fundo Arquivístico, Secretaria-geral do Governo (1803-1927), Cabo Verde, Praia, 1994.

Correspondência recebida da Administração do Concelho de Santa Catarina, Secretaria-geral do Governo, cx. nº 122, Janeiro-Dezembro 1845.

Censo 90 da Direcção Geral de Estatística, in: *Revista Santa Catarina*, Diagnóstico da situação sócio-económica, Junho 2000.

Censo 2000, Instituto Nacional de Estatística, Cabo Verde.

Plano Ambiental Municipal de Santa Catarina (elaborado por: equipa municipal ambiental de Santa Catarina), Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos, Dezembro 2004.

### **b) Estudos gerais e especiais**

AMARAL, Ilídio do – *Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens*, Memórias, Junta de Investigações do Ultramar, vol. I, Lisboa, 1964.

BALENO, Ilídio Cabral “Povoamento e Formação da Sociedade”. In: Albuquerque, Luís de e Santos, Maria Emília (coordenação) *História Geral de Cabo Verde*, vol. I., 2ª Edição, Conjunta do Instituto de Investigação científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia Instituto Nacional e Cultural, 2001.

–, “Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia de Grão-Pará e Maranhão”. In: Santos, Maria Emília (coordenadora) *História geral*

*de Cabo Verde, vol. III.*, – Edição Conjunta do Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002.

BARCELLOS, Christiano José de Senna – *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, Vol. II, parte III, Vol. III, partes IV e V, vol.IV, parte VI, 2ª edição, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

CARREIRA, António – *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, 3ª edição, IPC, Estudos e Ensaaios, Lisboa 2000.

CERRONE, Frederico – *História da Igreja de Cabo Verde* (subsídios), apresentado pelo Bispo Paulino Livramento Évora – Praia, Janeiro de 1983.

LOPES, João, *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*, 1ª Edição, Instituto Superior de Educação, República de Cabo verde, Praia, 2003.

FREIRE, Adriano Andrade, Tarrafal, *A História, A Terra, As Gentes. "O melhor dos melhores lugares da melhor ilha"* Edição, Secretariado Administrativo, Tarrafal, ilha de Santiago, República de Cabo Verde, 1989.

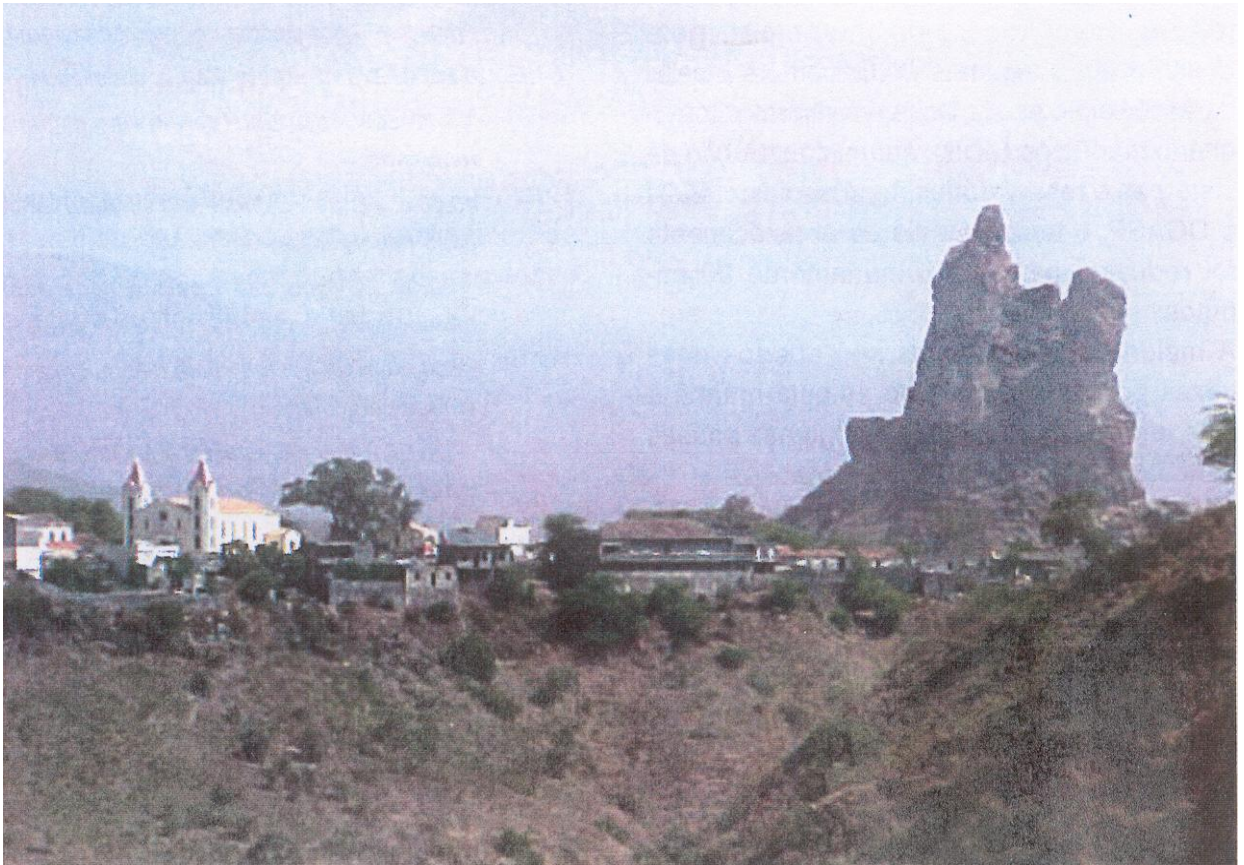
PEREIRA, Daniel A., *A situação da ilha de Santiago no primeiro quartel do século XVIII*, Edição do Instituto caboverdiano do livro – S.Vicente – república de Cabo Verde, Outubro de 1984.

SILVA, António Leão Correia e – “A sociedade Agrária”. In: Santos, Maria Emília (coordenadora). *História Geral de Cabo Verde vol. II.*, 2ª edição – conjunta do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia Instituto Nacional e Cultural, 2001.

–, *História de um Sahel insular*, Spleen edições, Cidade da Praia – Ilha de Santiago (Cabo Verde).

–, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo, 2000.

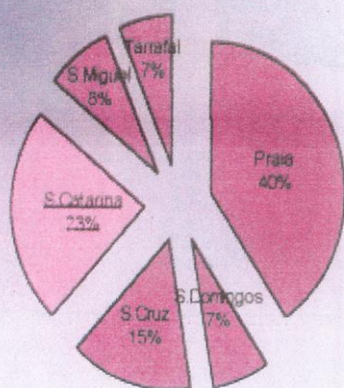
- TORRÃO, Maria Manuel, "Rotas Comerciais Agentes Económicos, Meios de Pagamento" In: Santos Maria Emília Madeira (coordenadora) *História Geral de Cabo Verde, vol. II.*, 2ª edição Conjunta do Instituto de Investigação Científica Tropical, do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia Instituto Nacional e Cultural, 2001.
- VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – *A Vila de Assomada*, Editado pela Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina, 1993.
- VALDEZ, Francisco Travassos, *África Ocidental, notícias e Considerações* vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

**Anexo 1**

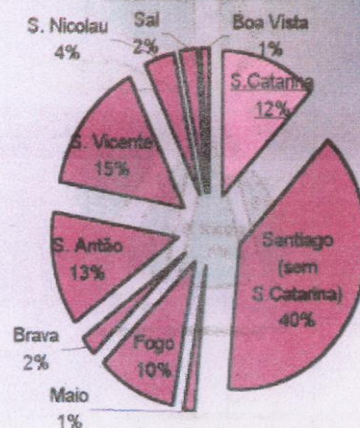
**Anexo 2**

## Anexo 3

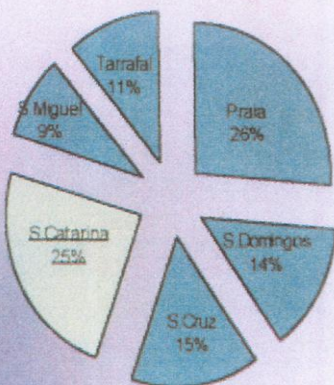
**GRAFICO 1a - Representação da população do concelho de Santa Catarina na Santiago - 1990**



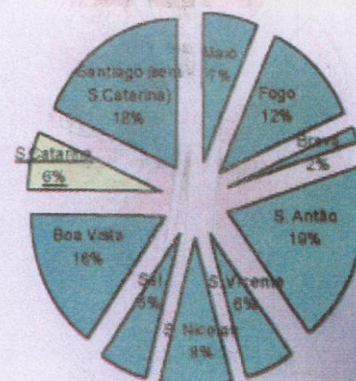
**GRAFICO 1b - Representação da população do concelho de Santa Catarina em Cabo Verde - 1990**



**GRAFICO 2a - Representação da superfície do concelho de Santa Catarina na Santiago**



**GRAFICO 2b - Representação da superfície do concelho de Santa Catarina em Cabo Verde**



Anexo 4

**Anexo 5**



**Anexo 6**

“O Governador Geral da província de Cabo Verde, determina o seguinte: convindo dar maior desenvolvimento à instrução pública no sítio do Tarrafal do Concelho de Santa Catarina, hoje sede do Concelho, e atendendo às exigências do ensino, hei por conveniente determinar que no mesmo sítio do Tarrafal do Concelho de santa Catarina, seja estabelecida uma escola de instrução primária de 2ª classe.

Caetano Alexandre Almeida de Albuquerque – Governador Geral.”

**Anexo 7**

“Visto o que dispõe a organização administrativa da Província designado para a sede do Concelho de Santa Catarina, a freguesia do mesmo nome e precedendo autorização de sua excelência o Ministro das colónias, a quem este governo ponderou sobre as circunstancias que acolhem e permitem actualmente a instalação dos serviços concelhios e do julgado municipal na povoação já importante e central, da Assomada, a qual ficara em breve servida por uma estrada carreteira, ligando a com o porto da Ribeira da Barca; hei por conveniente determinar a transferência da sede do Concelho referido da vila do Tarrafal para a dita povoação de Assomada, o que deverá efectuar-se logo que esteja resolvida a possível instalação ali dos serviços administrativos, concelhios, do Estado e Municipais.

Governo da Província de Cabo Verde na Cidade da Praia, 3 de Maio de 1912 – Joaquim Pedro Vieira Júdice Biker, Governador.”

**Anexo 8**

Anexo 9



